

## O TEMPO DOS VERBOS COMO CATEGORIA DE ANÁLISE TEXTUAL

### THE VERBAL TENSE AS A CATEGORY OF TEXTUAL ANALYSIS

Alena Ciulla

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil

*Resumo:* O tempo verbal, tradicionalmente classificado em presente, pretérito e futuro, reveste-se de uma importância capital sob a perspectiva benvenisteana, que salienta o seu papel fundamental na linguagem, na alternância entre dois diferentes planos de enunciação. Com base na proposta do autor de, então, distinguir os tempos dos verbos, de acordo com a relação que estabelecem com a instância do discurso de quem fala, apresentamos, neste trabalho, uma abordagem inicial de análise do sistema de tempos verbais do português, investigando como os planos de enunciação podem estar associados a diferentes modos de conduzir o *processus* textual.

*Palavras-chave:* Modos enunciativos; *Processus* textual; Sistema verbal do Francês; Sistema verbal do português; Tempo verbal.

*Abstract:* The verbal tense, traditionally classified as present, past and future, assumes paramount importance from Benveniste's perspective, which highlights its fundamental role in language, in the alternation between two different enunciation plans. Based on the author's proposal, in order to distinguish verbal tenses according to their relationship with the instance of discourse, we present an initial approach of the Portuguese verbal system, investigating how the enunciation plans can be associated to different ways of conducting the textual *processus*.

*Keywords:* Enunciation plans; French verbal system; Portuguese verbal system; Textual *Processus*; Verbal tense.

### Introdução

Ainda que haja uma grande produção de trabalhos sobre os verbos, tais estudos circunscrevem-se, de modo geral, ao domínio gramatical. Além disso, mesmo em estudos de aspectos mais semânticos sobre o verbo, a maior parte conserva as tradicionais classificações do verbo em tempo, modo e aspecto, desprezando a questão fundamental da atuação dos verbos

no *processus* dos enunciados, conforme apontou, pioneiramente, Benveniste (1966) e será destacado neste trabalho.

Iniciamos esta discussão, buscando compreender como Benveniste (1966) relaciona os tempos verbais com a distinção entre os planos enunciativos *histórico* e *discursivo*. A partir dessa reflexão, que envolve compreender também como os verbos estabelecem um vínculo com a instância do discurso do locutor, reunimos alguns elementos para um estudo do sistema verbal do português. É em Benveniste (1966) mesmo que encontramos respaldo para essa aposta. Explicamos: para sugerir os planos de enunciação, entre o *histórico* e o *discursivo*, com base nos tempos verbais, o autor parte do sistema de verbos do francês, mas dá indicações de que é possível analisar o sistema verbal de outras línguas sob a mesma ótica, ao observar, por exemplo, sobre a questão da importância do aoristo para o *plano histórico*:

Entre os textos que serviriam de testemunha, devemos incluir também as traduções, que nos apontam para as equivalências espontâneas que um autor encontra para fazer passar uma narrativa escrita para uma outra língua no sistema temporal que convém ao francês. (BENVENISTE, 1966, p. 244)

Há pelo menos duas questões que extraímos daqui. Primeiramente, que é interessante verificar, em outras línguas, como o aparato verbal se organiza para distinguir os diferentes modos enunciativos. Uma segunda questão é o fato de que a tradução pode ser um ponto de vista do estudo das línguas, conforme já indicou também Hoff (2018).

Além disso, Benveniste (1966) fornece fundamentos – e chega mesmo a identificar alguns gêneros de texto – que possibilitam propor a marca temporal dos verbos e suas relações com os diferentes planos de enunciação como importante subsídio para a análise de textos. No que diz respeito à análise de textos, encontramos inspiração também em Weinrich (1973), que aprofunda e desenvolve a teoria benvenistiana, alimentando nossa proposta com dois conceitos: um sobre a persistência de tempos verbais em um texto, o que ele chama de “obstinação”, e outro sobre características dos dois planos enunciativos, os quais ele designa como dois diferentes “mundos”.

Partindo, então, desses trabalhos, formulamos a hipótese de que o estudo dos sistemas verbais pode ser profícuo, ajudando a compreender o emprego dos tempos verbais nas diferentes línguas e associando-os aos planos de enunciação. Tais planos de enunciação podem, por sua vez, estar relacionados a diferentes modos de conduzir o *processus* textual. Essas

possibilidades de análise serão exploradas em dois textos em português.

Nosso intuito neste trabalho é o de desenvolver a reflexão em dois aspectos, o primeiro, mais específico, o segundo, mais geral: 1) compreender melhor as dimensões dos dois planos de enunciação e fazer uma primeira abordagem sobre o comportamento dos verbos do português em relação a esses diferentes modos enunciativos, partindo de uma comparação com os achados de Benveniste (1966) e de Weinrich (1964; 1973) para o francês e para o alemão e 2) apontar para a possibilidade de tratar o tempo como categoria de organização textual.

### **As relações do tempo no verbo francês e possibilidades de prospecção**

Em *As relações do tempo no verbo francês*, de 1959, Benveniste (1966) problematiza o sistema de verbos do francês, primeiramente contestando as divisões gramaticais do tempo em *presente*, *passado* e *futuro*. Para o autor, esse paradigma temporal não corresponde à realidade de emprego e não esclarece muito sobre como os verbos podem ser organizados. Por exemplo, questiona Benveniste, qual classificação temporal poderia dar suporte, para que se aceite ou rejeite o paradigma de *sortir* em uma expressão como *il allait sortir?* Ou, e aqui invertemos a questão, por que, em detrimento da forma *sortir*, é *allait*, nessa expressão, que determina o tempo verbal da ação? No caso da tradicional oposição entre formas simples e compostas dos verbos do francês também o critério escapa a uma observação rigorosa:

Se há a necessidade de opor *il courait* e *il avait couru*, não é, em todo o caso, sobre o mesmo eixo de tempo em que *il courait* se opõe a *il court*. E, no entanto, *il a couru* é certamente, de alguma maneira, uma forma temporal, pois pode ser equivalente a *il courut*. Mas *il a couru* serve ao mesmo tempo de parceiro de *il court*. (BENVENISTE, 1966, p. 237)<sup>1</sup>

Como se vê, as relações entre as formas, compostas e simples, e o tempo são ambíguas numa abordagem mais superficial. De acordo com Benveniste (1966), mesmo a explicação tradicional da gramática sobre o aspecto, que poderia ser levada em conta nesses casos, não se configura como um princípio unívoco de correlação entre uma forma e outra e, além disso, permanece a questão de por que algumas formas compostas são efetivamente

---

<sup>1</sup>A tradução desse trecho, bem como de todos os outros, de obras citadas, que foram consultadas nas suas edições nas línguas originais, é de responsabilidade da autora deste artigo.

consideradas como temporais e outras não. A questão inicial do autor, nesse texto de 1959, é, então, sobre quais formas devem ser consideradas como temporais.

E é a partir do que poderia parecer uma “falha” do sistema, que Benveniste encontra uma primeira pista para explicar melhor a natureza das relações do verbo: a expressão temporal do passado é redundante, em francês, e dispõe de duas formas, quais sejam, o passado simples e o passado composto. Por exemplo, para o verbo *faire*, conjugado na terceira pessoa, as formas são *il fit* e *il a fait*, respectivamente. Na interpretação tradicional, seriam duas variantes da mesma forma, entre as quais se escolhe, de acordo com uma situação de escrita (*il fit*) ou de fala (*il a fait*). Conforme uma explicação diacrônica, teríamos, nesse caso, uma fase de transição, em que a forma arcaica *il fit* se manteria na língua escrita, que costuma ser mais conservadora, enquanto que a língua falada, mais dinâmica, avançaria para a forma substituta *il a fait*. Sem assumir a redução desse fenômeno a uma questão de sucessão, contudo, Benveniste (1966) convida à reflexão, em primeiro lugar, questionando sobre o motivo pelo qual a língua escrita e a falada teriam se divorciado no que diz respeito à temporalidade, e não em relação a outras questões. Além disso, questiona também por que esse mesmo divórcio não se aplica a outras formas paralelas, como, por exemplo, *il fera* e *il aura fait*, que permanecem distintas.

Para Benveniste, a distinção do emprego de *il fit* e *il a fait* tem uma outra motivação, que não é exatamente pela alternância entre a escrita e a fala, e muito menos por uma questão de sucessão diacrônica. O tempo de *il fit* é o aoristo, ou passado simples, que além de caracterizar a narrativa de eventos no passado, também tem um efeito de objetividade, isto é, os acontecimentos expressos nessa forma verbal são tratados como se tivessem sido produzidos sem qualquer intervenção do locutor. Com isso, a forma do aoristo assinala a intenção histórica, imprimindo a temporalidade específica para os eventos do passado que se quer relatar como objetivos e excluindo as pessoas (*eu* e *tu*) da narrativa. Já *il a fait*, cuja forma temporal é a do passado composto, tem um emprego diferente, pois ainda que expresse também um acontecimento no passado, implica a referência ao tempo presente de quem enuncia. Trata-se, neste último caso, não mais de um passado histórico e objetivo, mas de um passado, em que o locutor é testemunha. Para o autor, então, é preciso reexaminar a estrutura do verbo por inteiro, sendo que uma descrição das relações de tempo constitui a tarefa mais necessária. E acrescenta:

Os paradigmas das gramáticas levam a crer que todas as formas verbais tiradas de um mesmo tema pertencem todas à mesma conjugação, em virtude unicamente da morfologia. Entretanto, nos propomos mostrar aqui que a organização dos tempos depende de princípios menos evidentes e mais complexos. Os tempos de um verbo francês não se empregam como os membros de um sistema único, distribuem-se em dois sistemas complementares. Cada um deles compreende apenas uma parte dos tempos do verbo; todos os dois estão em uso concorrente e permanecem disponíveis para cada locutor. Esses dois planos manifestam dois planos de enunciação diferentes. (BENVENISTE, 1966, p. 237)

A importância dessa observação de Benveniste é melhor compreendida, levando-se em conta a distinção que o autor faz, entre pessoa e não pessoa, e a fundamental relação que se estabelece nos enunciados, a partir dessa distinção. Isso porque são justamente as funções desempenhadas por *eu/ tu* de um lado, e por *ele/*nomes lexicais de outro, associando-se também aos tempos verbais, como estamos defendendo aqui, que revelam esses dois *planos de enunciação* a que se refere Benveniste.

Por isso, sobre a distinção da categoria de pessoa (que aparece, em especial, no texto *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, de 1946) relembramos alguns pontos, em especial a constatação fundamental de que apenas *eu* e *tu* **são as verdadeiras pessoas, pois são os únicos que participam do ato enunciativo, ao passo que ao pronome *ele* e aos nomes lexicais fica reservado o papel de não pessoa, referindo somente um predicado, que é enunciado sempre fora da relação *eu-tu*. Conforme já assinalamos em trabalho anterior:**

O ponto a ressaltar é o de que, quando alguém toma a palavra e enuncia “eu”, estabelece um *tu*, compulsoriamente, a quem se dirige. Assim, essas duas pessoas são sempre implicadas no que é dito. Por outro lado, *ele* será sempre o ausente da relação *eu-tu* e, por isso, o seu enunciado será somente um predicado não imputável a *eu*. (CIULLA, 2020a, no prelo)

É assim, aqui de maneira bastante resumida, que são identificados por Benveniste (1966) dois modos de linguagem, um em que atuam as remissões de pessoa, que não refere coisas, mas somente a própria instância de discurso de *eu*, e outro, em que atua a não pessoa, responsável pela referência a toda e qualquer coisa. Por remeter a coisas do mundo, cuja representação tem base no léxico, categoria (relativamente) estável das línguas, é atribuída à não pessoa um caráter de objetividade. Já *eu* e *tu* são elementos da ordem da subjetividade, pois se circunscrevem à instância de discurso que os contém e

variam, portanto, a cada vez que um locutor toma a palavra.

Isso posto, podemos compreender como Benveniste (1966) distingue os tempos dos verbos, de acordo com a sua solidariedade à instância do discurso de quem fala: a marca de pessoa embutida no tempo verbal, ou a sua ausência, comanda os diferentes modos de linguagem em que o autor situa os planos *discursivo* e *histórico*, respectivamente.

### **A distribuição dos tempos verbais entre os planos *discursivo* e *histórico***

A enunciação histórica está situada no domínio do objetivo, ou seja, quando o verbo no passado reflete uma relação cronológica de anterioridade no próprio enunciado, que, assim, se apresenta na “realidade objetiva”. Pertencem ao *plano histórico*, tipicamente, aquilo que se conta de acontecimentos passados, como acontece em livros de história, em que não aparecem análises explícitas de historiadores, mas apenas o relato impessoal, dos fatos que se produziram em um passado desatrelado do presente de quem os narra. Por isso, são excluídas desse plano, de acordo com Benveniste (1966), todas as formas linguísticas autobiográficas. Para o autor, a intenção histórica constitui uma das grandes funções da língua, imprimindo-lhe uma temporalidade específica, cujas marcas formais devemos observar.

O historiador nunca dirá *eu* nem *tu*, nem *aqui*, nem *agora*, porque ele nunca requisitará o aparelho formal do discurso, que consiste sobretudo na relação de pessoa *eu:tu*. Constataremos, portanto, na narrativa histórica estritamente processada, somente formas de 3ª pessoa. (BENVENISTE, 1966, p. 239)

São as formas de 3ª. pessoa (ou não pessoa) que definem a expressão do campo temporal da enunciação histórica. Para o francês, os tempos que a comportam, conforme Benveniste (1966), são principalmente três: o aoristo, o imperfeito (incluindo o condicional) e o mais que perfeito. Todos eles são pretéritos: para serem considerados como dados, precisam pertencer ao passado.

Os exemplos do autor para esclarecer a “ossatura histórica” do verbo francês são, além de trechos de um livro de história grega, o de um romance de Balzac. A diferença deste último, é que os fatos são ficcionais, mas se mantém, em relação ao livro de história grega, o intuito de afastar tudo que é estranho ao estrito relato dos acontecimentos, como opiniões, comparações e quaisquer comentários pessoais. Benveniste (1966, p.240) observa, em

nota, que a enunciação histórica dos acontecimentos é independente da sua verdade “objetiva”, pois o que analisamos aqui é o propósito “histórico” de quem enuncia.

A seguir um dos trechos do livro de história apresentado por Benveniste (1966, p. 240). Os verbos estão grifados em itálico pelo próprio autor.

Pour devenir les maîtres du marché méditerranéen, les Grecs *déployèrent* une audace et une persévérance incomparables. Depuis la disparition des marines minoenne et mycénienne, l'Égée *était* infestée par des bandes de pirates : il n'y *eut* longtemps que des Sidoniens pour oser s'y aventurer. Les Grecs  *finirent* pourtant par se débarrasser de cette plaie : ils *donnèrent* la chasse aux écumeurs de rivages, qui *durent* transférer le principal théâtre de leurs exploits dans l'Adriatique. Quant aux Phéniciens qui *avaient fait* profiter les Grecs de leur expérience et leur *avaient appris* l'utilité commerciale de l'écriture, ils *furent* évincés des côtes de l'Ionie et chassés des pêcheries de pourpre égéennes; ils *trouvèrent* des concurrents à Cypre et jusque dans leurs propres villes. Ils *portèrent* alors leurs regards vers l'Ouest; mais là encore les Grecs, bientôt installés en Sicile, *séparèrent* de la métropole orientale les colonies phéniciennes d'Espagne et d'Afrique. Entre l'Aryen et le Sémite, la lutte commerciale ne *devait* cesser <sup>2</sup> dans les mers du Couchant qu'à la chute de Carthage.

(G. GLOTZ, *Histoire grecque*, 1925, p. 225.)

E o trecho do romance de Balzac, também em Benveniste (1966, p. 241):

Après un tour de galerie, le jeune homme *regarda* tour à tour le ciel et sa montre, *fit* un geste d'impatience, *entra* dans un bureau de tabac, y *alluma* un cigare, se *posa* devant une glace, et *jeta* un regard sur son costume, un peu plus riche que ne le permettent <sup>1</sup> en France les lois du goût. Il *rajusta* son col et son gilet de velours noir sur lequel *se croisait* plusieurs fois une de ces grosses chaînes d'or fabriquées à Gênes; puis, après avoir jeté par un seul mouvement sur son épaule gauche son manteau doublé de velours en le drapant avec élégance, il *reprit* sa promenade sans se laisser distraire par les œillades bourgeoises qu'il *recevait*. Quand les boutiques *commencèrent* à s'illuminer et que la nuit lui *parut* assez noire, il *se dirigea* vers la place du Palais-Royal en homme qui *craignait* d'être reconnu, car il *côtoya* la place jusqu'à la fontaine, pour gagner à l'abri des fiacres l'entrée de la rue Froidmanteau...

(BALZAC, Études philosophiques : *Gambara*.)

Benveniste (1966) observa, sobre os dois excertos, que se mantém a relação temporal constante do aoristo, do imperfeito e do mais que perfeito, conforme se pode ver pelas formas verbais salientadas em itálico. E acrescenta:

Os acontecimentos são colocados como se fossem produzidos na medida em que aparecessem no horizonte da história. Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem se contar por si próprios. O tempo fundamental é o aoristo, que é o tempo de acontecimento fora da pessoa de um narrador. (BENVENISTE, 1966, p. 241)

A forma do aoristo é bastante peculiar. Talvez para um falante de uma língua que não apresenta esse tempo, como o português, seja difícil de imaginar, pois trata-se de um passado que não se constitui como tal em relação ao presente, que, como sabemos, é sempre o presente de quem fala. O aoristo se caracteriza como uma forma temporal “absoluta” do passado, sem relação com o presente de quem enuncia, e é empregada para representar um fato momentâneo e isolado, em um passado determinado não subjetivamente, portanto, mas historicamente.

Um outro exemplo de uso do aoristo, que acrescenta um traço não explorado nos exemplos de Benveniste (1966), é o que encontramos em uma interpretação da tradução da Bíblia, em um blog intitulado *La traduction du*

*monde nouveau. Sincère?* (2008), do seguinte versículo, atribuído a João:

Jean 3:6 Quiconque demeure en union avec lui ne pratique pas le péché; quiconque pratique le péché ne le vit pas et ne pas non plus parvint à le connaître. (*La traduction du monde nouveau. Sincère?*, 2008)

Neste versículo, conforme a explicação encontrada no blog, João teria utilizado o aoristo<sup>2</sup> (*ne le vit pas - ne pas non plus parvint*) para falar de alguém que teria cometido um pecado isolado, o que pode acontecer com qualquer um de nós em algum momento, em razão de nossa imperfeição. Assim, um cristão, em um momento dado, no passado, pode cometer um pecado, conforme o blog, sem que isso o faça continuar pecando no momento presente: este ensinamento teria sido a motivação de João para o emprego do aoristo. Outra possibilidade de expressão do aoristo nesses casos bíblicos, aponta o blog, é o de uma exortação ou advertência, para que não se faça uma coisa que ainda não se começou a fazer – como se, com essa forma verbal, tal ação pecaminosa ficasse presa em um tempo distante, sem relação com a ação atual dos cristãos no presente, que estariam, assim, livre de atos pecaminosos. Nessa interpretação, o aoristo permanece como uma forma do *plano histórico*, sendo que a ausência da relação com o presente é o que permitiria esse efeito adicional de afastamento do pecado.

Ao *plano histórico* contrapõe-se um outro plano enunciativo, como já mencionado, que é quando a categoria de pessoa, indissociável do tempo do verbo, é marcada ou está implicada no tempo verbal: instaura-se, então, o modo do *discurso*, para Benveniste (1966). Esse plano encampa toda e qualquer enunciação que suponha um locutor e um ouvinte, além da marca de um engajamento, ou do convite ao engajamento, partindo do locutor. Por isso, o autor cita como exemplo os gêneros orais de texto, mas estão aí incluídos todos os gêneros em que o locutor organiza sua fala na categoria de pessoa.

No *plano do discurso*, cabem formas verbais do passado, desde que tenham alguma implicação no tempo atual. É importante observar, ainda, que nesse modo enunciativo são empregadas livremente todas as formas pessoais do verbo, isto é, tanto *eu/tu* quanto *ele*. Benveniste (1966) chama a atenção para o fato de que, mesmo que por vezes mais velada, a relação de pessoa está sempre presente e, por isso, a 3<sup>a</sup>. pessoa não tem o mesmo

<sup>2</sup>Não há menção, no blog, da língua fonte da tradução para o francês, apenas supomos que seja o grego, em parte, pela afirmação de que “João teria utilizado o aoristo”. Contudo, para nós, isso não é relevante, mas, sim, o emprego que se faz do aoristo em francês nesse caso.

valor no *plano discursivo* e no *plano histórico*. Na *narrativa histórica*, como o narrador não intervém, a 3ª. pessoa não se contrapõe a nenhuma outra: há, conforme Benveniste (1966, p. 243) “uma ausência de pessoa”. No *plano discursivo* há uma oposição entre *eultu* e *ele*. Além disso, todos os tempos verbais do francês são possíveis no *plano discursivo*, com exceção do aoristo, que, como explicamos, pertence sempre ao *plano histórico*.

No texto de 1959, Benveniste (1966) faz ainda uma análise das relações entre os verbos simples e compostos, as quais implicam também na configuração dos planos de enunciação. Observa o autor que, de modo geral, as relações entre formas simples e compostas não são temporais. O fato de que estejam em concorrência *il ecrivit* e *il a écrit* não contradiz a afirmação, pois a forma no *passé composé*, como vimos, não concorre com a forma do aoristo: sob o ponto de vista do modo enunciativo, ela tem função diferente. Os tempos compostos, de acordo com Benveniste (1966), tem um duplo estatuto. Em primeiro lugar, essas formas mantêm uma oposição com as formas simples, por lhes fornecerem um correlato no perfeito<sup>3</sup>. É uma relação de temporalidade, portanto, que se estabelece paradigmaticamente. A segunda característica do duplo estatuto dos tempos compostos, segundo Benveniste (1966), é a função de indicar anterioridade, que é determinada sempre em relação ao tempo simples correlativo. Essa relação é, portanto, intralinguística, não uma relação cronológica da realidade objetiva. Assim, em francês, o exemplo de Benveniste (1966, p.248) é “‘Quand il a fait son travail, ‘il part’”, explicando que “o anterior do presente ‘(quand) il a fait’ se opõe ao presente ‘il part’ e deve seu valor a esse contraste. É uma relação sintagmática.”.

Uma última observação sobre os tempos compostos que nos interessa, neste trabalho, particularmente, é a de que “os tempos compostos, quer indiquem o ‘acabado’ ou a anterioridade, tem a mesma repartição que os tempos simples quanto aos dois planos de enunciação. Eles pertencem também, uns ao discurso, outros à narrativa” (BENVENISTE, 1966, p. 247). Todavia, todas essas conclusões sobre as relações entre tempos simples e compostos, que valem para o francês, não podem ser aplicadas diretamente para o sistema do português, sem que antes se faça um estudo específico para cada língua. O que fica para esta nossa primeira abordagem, em que um estudo detalhado de formas simples e compostas foge ao escopo, é o que

---

<sup>3</sup>No francês, “chamamos de ‘perfeito’ a classe inteira das formas compostas (com *avoir* e *être*), cuja função – sumariamente definida, mas de maneira suficiente aqui consiste em apresentar a noção como ‘acabada’ com relação ao momento considerado e à situação ‘atual’, resultante dessa realização temporalizada.” (BENVENISTE, 1966, p. 246)

Benveniste destaca, a seguir:

O essencial era o de fazer aparecer essas grandes divisões, às vezes pouco visíveis, que percorrem o sistema temporal do verbo francês moderno. Algumas delas, como as que distinguem a narrativa histórica e o discurso, criam dois subsistemas de tempo e de pessoas verbais; outra, a do presente e do perfeito, não é da ordem temporal; mas a cada nível temporal, o perfeito comporta duas funções que a sintaxe distingue: a função de ação acabada e a função de anterioridade, simetricamente repartidas, em parte por refacção, entre a narrativa e o discurso. O quadro de uma conjugação de um verbo francês, em que os paradigmas se alinham, completos e uniformes, não deixa nem mesmo suspeitar que um sistema formal do verbo tem uma estrutura dupla (conjugação do presente e conjugação do perfeito), bem como é dupla essa organização temporal, fundada nas relações e nas oposições que são a realidade da língua. (BENVENISTE, 1966, p. 250)

Para cada língua, então, é preciso verificar como o sistema se estrutura e como as formas verbais se distribuem, para dar conta dessa dupla organização temporal, entre a *narrativa* e o *discurso*.

### **As formas verbais e sua atuação no *processus* dos textos**

Em Ciulla (2020a) já observamos que, para além da distinção formal de categorias de pessoas e de tempos verbais, Benveniste (1966) aponta para o funcionamento desses elementos nas línguas. Assim, é ultrapassado o nível meramente gramatical e são alcançadas outras relações, que abarcam a amplitude dos textos, a nosso ver, como no caso das relações de pessoa e tempo verbal, em que se distinguem dois planos de enunciação. Notadamente, a seguinte passagem traz indícios que confirmam essas observações:

Entre *eu* e um nome referente a uma noção lexical, não há somente as diferenças formais, muito variáveis, que a estrutura morfológica e sintática das línguas particulares impõe. Há outras, que se devem ao próprio *processus* de enunciação linguística e que são de uma natureza mais geral e mais profunda. O enunciado que contém *eu* pertence ao nível ou tipo de linguagem que Charles Morris chama de pragmático, que inclui, com os signos, aqueles que os empregam. Podemos imaginar um texto linguístico de grande extensão – um tratado científico, por exemplo – em que *eu* e *tu* não apareceriam uma única vez; inversamente, seria difícil conceber um curto texto falado em que não fossem empregados. Mas os outros signos da língua se repartiriam indiferentemente entre esses dois gêneros de textos.

---

(BENVENISTE, 1966, p. 251-252).

Salientamos, desse trecho, primeiramente, que a instância utilizada pelo autor para explicar a sua proposta, é a do texto: de um lado, os diálogos orais, em que o emprego de *eu* é uma condição praticamente obrigatória, de outro, os tratados científicos, em que essa condição é dispensável e, às vezes, até indesejável. Mas mais importante do que meramente distinguir gêneros de textos e suas adequações, Benveniste aponta, aqui, para a relação que a categoria de pessoa estabelece com o *processus* de enunciação linguística nos textos. Este é o ponto de capital importância para o nosso trabalho.

*Processus*, que lemos aqui, não é o mesmo que *processo*, pois não se trata apenas de sequências de ações na realização de algo, mas trata-se do “conjunto de fenômenos, concebido como ativo e organizado no tempo”, conforme definição de Robert; Rey; Rey-Debove (1987) que, parecidos, casa bem com a proposta de Benveniste (1966). Assim, acrescenta-se à marca de pessoa dos verbos, também o seu aspecto pessoal-temporal, lembrando que o tempo presente é sempre o tempo do *eu* que fala e é este tempo que pode estar implicado ou não nos enunciados. Em conjunto ou isoladamente, essas marcas determinam a instância daquilo que é enunciado, como pertencente à realidade de quem enuncia ou, ao contrário, a uma realidade objetiva e independente da ação ou do julgamento do locutor, do ponto de vista formal. Assim, as formas verbais estabelecem o *processus* textual, organizando as ações que representam no tempo – não o tempo cronológico, mas o tempo relacionado à pessoa do discurso.

Quanto ao nível pragmático, mencionado por Benveniste no trecho da citação acima, há uma importante observação a fazer. Em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade*, o autor desenvolve essa definição, emprestada, no trecho acima, de Morris, como “tipo de linguagem que inclui aqueles que o empregam”, e salienta que a inclusão do sujeito em seu discurso acrescenta “uma nova configuração da língua” em relação às configurações promovidas pelas distinções da categoria de pessoa (entre *eu* e *tu* e entre *eutu* e *ele*). Isso porque a consideração pragmática da conversão da língua em discurso implica em colocar “a pessoa na sociedade como participante e que desdobra uma rede complexa de relações espaço-temporais que determinam os modos de enunciação” (BENVENISTE, 1974, p. 99). A passagem de locutor a sujeito tem, então, essa amplitude, a de colocar o homem “em relação com a sociedade e com a natureza” (BENVENISTE, 1974, p. 99). É neste nível pragmático que as ações comandadas por *eu* instauram-se no *processus*. Em

outro nível, as ações que não incluem o tempo de *eu*, e, portanto nem a sua instância, desenvolvem-se fora do “controle” subjetivo (ainda que seja sempre *eu* que os apresenta como tal), num tempo e modo objetivos.

Vimos, então, que as relações das formas dos verbos do francês, demonstradas por Benveniste (1966), apontam para o tempo verbal – ressignificado pela reflexão do autor – como importante marca do estabelecimento do *processus* dos enunciados. O *processus*, a nosso ver, assume um papel crucial como parte da organização referencial dos enunciados, em que o locutor pode escolher, a cada enunciação, a relação de tempo que vai imprimir em seus enunciados, orquestrando, assim, os dois diferentes planos de enunciação: um comandado pelo tempo de *eu*, outro em que os fatos são apartados de seu tempo. O tempo não tem, sob esta perspectiva, a única função de indicar um evento no passado ou no futuro, portanto, mas apresenta uma propriedade textual, de indicar uma certa organização referencial-temporal e uma atitude de locução.

Com o resumo da explicação de Benveniste (1966) sobre o sistema verbal francês que fizemos na seção anterior e com essa formulação que propomos sobre o *processus*, já dispomos de elementos para fundamentar princípios, para um primeiro passo na investigação do funcionamento do sistema verbal do português em instaurar os dois planos enunciativos nos enunciados.

### **A ossatura do sistema verbal no *processus* textual do português**

Como vimos, a questão inicial de Benveniste (1966) foi a de investigar quais formas verbais devem ser consideradas como temporais. Porém, antes de adentrar na discussão dos problemas específicos sobre o verbo francês, o autor cita alguns exemplos de textos, em que predominam ora os tempos verbais da narrativa, ora os do discurso, revelando assim essa função geral do tempo em instaurar modos enunciativos. Weinrich (1964; 1973) nos passos de Benveniste, parte, em sua reflexão, de uma análise da contagem de formas verbais em textos do alemão e do francês, relacionando a distribuição dos tempos e suas funções nos dois modos enunciativos, nas duas línguas. Com isso, ambos os autores inferem uma “ossatura” dos sistemas verbais do francês e do alemão, em que formas do pretérito, que não remetem ao tempo do locutor, associam-se ao plano da narrativa, e em que formas verbais que estabelecem relação com a instância temporal de quem enuncia associam-se ao *plano discursivo* ou do *comentário*, conforme Weinrich (1964;1973).

Assim, neste artigo, exploramos a seguir dois textos em português, para também inferir a ossatura do sistema verbal do português, numa primeira análise, sob esse mesmo viés.

### Texto 1

Na segunda semana de junho, Rodrigo foi convidado para uma reunião na casa do Cel. Alvarino Amaral. Encontrou **lá vários companheiros da Revolução de 23, entre os quais o Juquinha** Macedo, com três de seus irmãos, e mais Chiru e Liroca. Fecharam-se na sala de visitas do palacete, mobiliada com um mau gosto pomposo: poltronas forradas de veludo, cortinas de seda, uma coluna de alabastro a um canto, sustentando um vaso horrendo. Pendia da parede, numa pesada moldura cor de ouro velho, um retrato a óleo de D. Emerenciana. Lá estava a falecida amiga de Rodrigo, com seus olhos empapuçados, seu buço, sua papada e seu jeito matriarcal.

A princípio comentaram o tempo. Liroca trocou com um dos Macedos um pedaço de fumo em rama. Alvarino quis saber da saúde de Flora. Depois entraram no assunto que os congregara. Foi o dono da casa quem falou. Como os amigos sabiam, as eleições para intendente municipal iam realizar-se em breve. O Madruga tinha o seu candidato, mas estava decidido que a oposição se absteria de votar.

- O que eu acho errado - interrompeu-o Juquinha Macedo. - Sei que não temos jeito de ganhar, mas como exemplo, devíamos comparecer às urnas. (VERÍSSIMO, 2001, p. 437).

Benveniste (1966) observa, em seus exemplos de enunciação histórica, o mesmo que podemos ver neste excerto do romance de Érico Veríssimo, que se constrói basicamente entre formas verbais do pretérito: 9 no pretérito simples, 5 no imperfeito, 2 no imperfeito composto, 1 no mais que perfeito, 1 no futuro do pretérito e 3 no presente. E o efeito aqui também é o de intenção histórica, conforme apresentado por Benveniste: a permanência das formas do pretérito faz imaginar “todo o passado do mundo como uma narrativa contínua” (BENVENISTE, 1966, p. 241). Os poucos tempos presentes estão contidos na fala de um personagem, como já havia notado o autor:

Cada vez que no interior de uma narrativa histórica aparece um discurso, quando o historiador, por exemplo, reproduz as falas de um personagem, ou que ele mesmo intervém para julgar os acontecimentos relatados, passa-se a outro sistema temporal, o do discurso. É próprio da linguagem permitir essas transferências instantâneas. (BENVENISTE, 1966, p. 242)

O mesmo acontece no exemplo de Balzac, transcrito acima, em que um emprego de forma do presente (*permettent*) denuncia a reflexão do autor e escapa ao plano da narrativa, conforme Benveniste (1966, p. 241).

Contudo, o tripé da relação pretérita do francês (aoristo, imperfeito e mais que perfeito) não é a mesma para o português, já que não temos o aoristo. Aparece aqui uma primeira distinção que é preciso fazer para o português<sup>4</sup>. Os pretéritos simples e composto, em português, não se opõem, como no francês o *passé simple* (aoristo) e o *passé composé*. As duas formas de pretérito em português podem estar vinculadas à presente instância de *eu* e, assim, constituir o *plano discursivo*. O que permite que uma porção de texto, como o que acabamos de apresentar (texto 1), seja identificada como pertencente ao *plano histórico*, parece-nos, **é a total predominância dos tempos pretéritos e a completa ausência de indicação de primeira pessoa. Assim**, uma primeira hipótese, para o funcionamento do tempo verbal do português, na distribuição dos modos enunciativos seria a de que, para o *plano histórico*, não havendo em português um tempo de passado “absoluto” como o aoristo, as formas verbais em bloco único, no pretérito, podem surtir um certo efeito de *contínuo no passado*. A oposição com formas do presente promoveria uma alternância a ser destacada, como na fala do personagem, acima, ou na “intromissão” eventual do narrador.

Por oportuno, assinalamos um outro aspecto, que diz respeito à “obstinação” das formas temporais de pretérito no trecho de texto em análise, recorrendo a Weinrich (1964). O conceito de *ostinato*, sugerido pelo autor, vem do domínio musical, e denomina um procedimento de repetição persistente do ritmo, da melodia ou da harmonia de uma peça musical<sup>5</sup>. Trata-se não meramente de uma repetição, mas de um determinado padrão recorrente numa obra musical, que contribui para uma unidade ou consolidação métrica dos ritmos. Daí a analogia com a tessitura dos textos.

Para dar um exemplo bastante trivial do fenômeno, Weinrich explica que na carta de Goethe a Schiller, que é o seu exemplo inicial, em alemão, o local que aparece logo na primeira linha, seguido da data, “Weimar, 5.

---

<sup>4</sup>Vale mencionar que há estudos no Brasil, como os de Koch (1984; 2013), em que Benveniste e Weinrich são retomados, no que diz respeito a considerar diferentes planos enunciativos para a análise de textos. Porém, não são aprofundadas as particularidades dos sistemas verbais, para compreender como, diferentemente do francês e do alemão, os verbos do português se relacionam e funcionam, distinguindo modos enunciativos.

<sup>5</sup>Um exemplo bastante memorável de *ostinato* rítmico é o do Bolero de Ravel, marcado principalmente pela percussão. Também no jazz é um recurso rico, em que várias “camadas” de *ostinatos* se sobrepõem, com a entrada progressiva de diferentes instrumentos.

September 1800” **não é preciso repetir, pois para esse gênero, está convencionalizado que a informação que consta ali vale para todo o texto: isto é, a carta foi escrita pelo remetente**, naquela cidade, naquela data, o que não muda para todo o documento. A pergunta, menos trivial, que propõe Weinrich (1964), é a de como saber que outras indicações de lugar e tempo são suscetíveis de reaparecer, alterando, assim essa orientação. Observando, então, o quanto as indicações de lugar e data são pouco recorrentes (nas cartas, mas também nos textos de modo geral), se comparadas com a frequência das formas temporais dos verbos, é que Weinrich (1964) propõe a noção de “obstinação”. Para este autor, as formas temporais estão entre os primeiros signos mais “obstinados”, o que não acontece por acaso:

A sucessão dos tempos num texto obedece manifestadamente a um certo princípio de ordem. Numerosas são as constelações temporais, verdadeiras nuvens em que se condensam, na vizinhança imediata, as formas de um mesmo tempo. (WEINRICH, 1973, p. 20)

O autor constata que, para além da diversidade de situações ou de gêneros literários há “a clara dominância de um tempo ou de um grupo de tempos. O fenômeno geral da ‘obstinação’ temporal é acompanhado do fenômeno menos específico da *dominância temporal*” (WEINRICH, 1973, p. 20). Com isso, reforçamos nossa hipótese sobre a função crucial da obstinação temporal do pretérito em português, formando “blocos narrativos”, que pode ser decisiva para a manutenção do foco histórico, como no exemplo do texto 1.

Selecionamos da obra de Weinrich (1964; 1973), além do *ostinato*, uma segunda ideia que complementa e subsidia nossa proposta de análise. Trata-se de um deslocamento que o autor faz, ao nomear o *erzählte Welt*, traduzido como *mundo da narrativa*, e o *besprochene Welt*, traduzido como *mundo do comentário*.

O primeiro diz respeito ao *mundo-objeto de narrativa*, e seria um desenvolvimento do que Benveniste propôs como *plano histórico*. Neste mundo está implicado, conforme Weinrich (1973), um convite a entender o que é dito de maneira mais “relaxada” ou distante, já que a intervenção do ouvinte não é imediatamente solicitada. No texto 1, é bem o que observamos: um tempo no passado que é o passado da própria narrativa (“na segunda semana de junho”), uma reunião, personagens que dela participaram, uma descrição detalhada da sala de visitas onde foi realizado o encontro, o teor das conversas, tudo relatado sem que em nenhum momento o leitor seja

solicitado a intervir ou avaliar. A atitude do interlocutor, assim, pode ser qualificada como “relaxada” diante do mundo que está sendo narrado.

O outro plano é do *mundo-objeto de comentário*, em claro paralelo ao *plano discursivo*, de Benveniste. No *mundo comentado*, o que é dito deve ser interpretado como algo a reagir mais imediatamente. Propomos a seguir análise do texto 2, em que, a nosso ver, predomina o *plano discursivo* e vai ao encontro da caracterização do *mundo comentado*.

## Texto 2

### **A liberdade de expressão no inquérito dos antidemocráticos**

Na decisão que autorizou as operações do último dia 27, que investigam a realização de atos antidemocráticos, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou que as postagens de parlamentares sobre os eventos não fossem apagadas. Hoje, a Procuradoria Geral da República (PGR) listou algumas delas, particularmente as que foram postadas pelos deputados Júnior Amaral, Daniel Silveira, Carla Zambelli e Alê Silva, e pelo senador Arolde Oliveira. Nas mensagens, alusões ao fechamento do Congresso e do STF, intervenção militar e ao AI-5. O material, carregado de apelos autoritários e ultimatos, compõe parte da investigação em curso. Mas em que medida violaram ou não as leis brasileiras e os amplos espaços de liberdade de expressão que um Estado de Direito oferece? A questão é da máxima relevância para um país que pretende batalhar por manter-se em solo democrático.

Só para lembrar, o estopim para a abertura do inquérito dos atos antidemocráticos veio no dia 19 de abril, Dia do Exército, quando milhares de pessoas saíram às ruas para demonstrar apoio ao governo Jair Bolsonaro. Parte delas estendeu faixas pedindo intervenção militar e o retorno do AI-5. Eventos análogos se repetiram no dia 3 de maio e depois disso, com manifestações menores. De acordo com o vice-procurador da República, responsável pela condução das investigações, as ações miram pessoas envolvidas na “execução de ações contra a ordem constitucional e o Estado Democrático e provocação das Forças Armadas ao descumprimento de sua missão constitucional”.

Ainda que as investigações se baseiem em dispositivos previstos no ordenamento jurídico brasileiro, é necessário questionar se não estaríamos diante de um precedente perigoso para a própria vida política nacional, ainda que em alegada defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito. No caso do inquérito em tela, os procuradores baseiam as investigações na chamada Lei de Segurança Nacional (LSN). O dispositivo, herança do regime militar, foi constantemente criticado por vários juristas como entulho autoritário, que poderia abrir precedentes perigosos para perseguição política. Como avaliá-lo?

Na verdade, a formulação de muitos dos crimes ali previstos é bastante bem feita e necessária, salvaguardando importantes bens numa democracia. Há,

porém, o aspecto simbólico da lei, o que é especialmente relevante quando estamos no campo da liberdade de expressão. E a lei incrimina certas condutas nesse terreno. De fato, o art. 22 da lei estabelece como crime: “Fazer, em público, propaganda: I - de processos violentos ou ilegais para alteração da ordem política ou social; II - de discriminação racial, de luta pela violência entre as classes sociais, de perseguição religiosa; III - de guerra; IV - de qualquer dos crimes previstos nesta Lei.”

A liberdade de expressão não é absoluta, afirma sempre a melhor doutrina em todos os países civilizados e toda a tradição da nossa jurisprudência. Há inúmeros bens jurídicos, isto é, valores relevantes, previstos na Constituição, que podem justificar uma por assim dizer compressão da liberdade de expressão numa democracia. Entram aí bens como a honra, a privacidade, a igual dignidade de todos os homens (proibição do racismo), o respeito à lei penal (proibição da incitação à prática de crimes), etc. Isso é assim em boa parte dos países livres. Requer-se sempre uma específica e pontual previsão legal.

São poucas, no entanto, as democracias que proíbem diretamente, de forma especial e específica, as expressões contra a segurança nacional. Nesse sentido, causa certo espanto a facilidade com que o referido art. 22 da LSN vem sendo brandido por importantes vozes da sociedade brasileira. De qualquer forma, não é que propriamente a existência dessa previsão legal afronte a democracia, mas sim que tem o potencial de fazê-lo e o mínimo que se requer é uma especial cautela quando se torna necessário recorrer a esse dispositivo. De que cautela estamos falando?

Antes de tudo, a cautela de uma precisa e adequada interpretação de seus dispositivos, em particular do já citado art. 22, ajuda especialmente a entender o que ele não proíbe. Cidadãos estão perfeitamente autorizados no ordenamento jurídico brasileiro a protestar contra decisões do STF, a criticar seus ministros, mesmo com palavras severas, como, por exemplo, a de considerá-los um estorvo para a democracia ou a de compará-los a um vírus; podem igualmente defender o impeachment desses mesmos ministros ou a mudança do critério de nomeação deles; podem ainda batalhar pela realização de uma nova Assembleia Constituinte. Nada disso é ilícito. Até mesmo é lícita a absurda interpretação do art. 142 da Constituição como conferindo às forças armadas um poder de ser o árbitro final em crises institucionais pode ser defendida. Como diz a própria LSN, em seu art. 22, § 3º, “Não constitui propaganda criminosa a exposição, a crítica ou o debate de quaisquer doutrinas”. Esse texto, aliás, vai na esteira de toda a tradição democrática brasileira que não considera criminosa a mera exposição de ideia, salvo pouquíssimos casos (como os de preconceito racial), ou a discussão sobre a oportunidade ou não de uma lei e/ou de sua mudança (a manifestação pela legalização da maconha, por exemplo, é lícita, mas não a apologia ou incitação ao uso dela).

No caso das mensagens de parlamentares que vieram a público nestes dias, é difícil ver na maioria delas algo que vá além de opiniões bastante criticáveis do ponto de vista político e moral, mas de forma alguma criminosas. Considerando ainda a imunidade material ou substantiva dos parlamentares,

é surpreendente que algumas dessas mensagens tenham sido apresentadas na mídia como violadoras da LSN. Assim, por exemplo, a afirmação do senador Arolde de Oliveira em redes sociais de que “Os governadores do Rio e de São Paulo se elegeram nas costas de Jair Bolsonaro e agora são seus maiores detratadores e inimigos do Brasil. Querem o caos, mas, antes que isso ocorra, as Forças Armadas entrarão em cena para Garantia da Lei e da Ordem, segundo a Constituição Federal” não parece representar nada mais do que uma convicção, ainda que mal fundada. Mesmo a mensagem “AI-5 e intervenção militar é o grito de desespero de um povo que quer ver o seu presidente, eleito democraticamente, governar sem as amarras de dois congressistas”, de Alê Silva, em 19 de abril, não caracteriza propaganda ou incitação. É antes uma explicação de por que o povo, na visão dele, defende o AI-5 e a intervenção militar. Pouco importa quão absurdas consideremos essas análises ou mensagens; o que não se pode é pender para uma caça às bruxas em momentos de polarização política.

Há expressões que, sim, são abusivas. Mas não é difícil identificá-las. A injúria, pura e simples (xingamentos aos ministros), a incitação à derrubada do STF ou ao golpe militar, etc... Surpreende, portanto, que manifestações de parlamentares, que não se encaixam neste quadrante, sendo totalmente legais, ainda que reprováveis moral ou politicamente, estejam sendo alvo de inquérito. (*Gazeta do Povo*, 23/junho/2020)

Neste editorial de jornal *on line*, há 63 ocorrências de formas verbais no presente do indicativo, 3 no presente do subjuntivo, 2 no futuro do pretérito, 12 no pretérito simples, 1 no pretérito perfeito composto e 1 no pretérito imperfeito do subjuntivo, perfazendo um total de 82 formas verbais. O *ostinato*, aqui, mostra uma predominância de verbos no presente, o que condiz com o *plano do discurso*, de Benveniste. Somados aos verbos no presente do indicativo, pertencem ao *plano do discurso* também os do presente do subjuntivo e os do futuro do pretérito, como podemos verificar no texto. O locutor, responsável pelo editorial, convoca seus leitores para o debate, e, ao mesmo tempo, revela seu ponto e vista, como comprovam as formas verbais “é necessário se questionar se não estaríamos diante de um precedente perigoso”, “pouco importa o quão absurdas consideremos” e “como avaliá-lo?”, em forma de pergunta direta. É bem o *mundo do comentário* que se configura aqui.

Os verbos nas formas pretéritas, em número bem menor, caracterizam o *mundo narrado* e são empregados, nesse editorial, para munir de “fatos” o locutor, o qual pode, assim, seguir seu posicionamento sobre a questão. Da maneira como aparecem no editorial, o passado dessas ações não é um passado “particular” do locutor, mas um passado cronológico de notícias de acontecimentos políticos, comum a todos os brasileiros. Isso pode ser visto

como estratégia argumentativa, trazendo essas informações-fatos, as quais se revestem de um caráter da ordem do incontestável, pelo modo como são apresentadas. Por exemplo, as afirmações, todas em 3ª. pessoa, no pretérito “o ministro... determinou”, “a Procuradoria... listou”, “parte delas estendeu faixas”, etc. são dadas como fatos. A partir deles é que são emitidas então as opiniões e juízos de valor do locutor: “é difícil ver”, “pouco importa quão absurdas consideremos”, “surpreende...que manifestações sejam alvo de inquérito”, etc. Ressaltamos sobretudo, nessa estratégia, o recurso da passagem de um modo enunciativo a outro, que permite produzir esse efeito entre fatos históricos e comentários e organiza o *processus* do texto.

Por fim, ainda com o texto 2 sob análise, confirmamos que as noções de *mundo-objeto da narrativa* e *mundo-objeto do comentário* evidenciam a ideia de que as formas verbais manifestam atitudes do locutor diante do mundo, ora narrando o mundo, ora comentando o mundo. São diferentes modos de enunciar que se apresentam ao falante e em que o tempo verbal se impõe como uma categoria essencial em jogo.

### Considerações finais

Inspirados pela proposta de Benveniste (1966), alertamos para o fato de que um estudo sistemático das diversas formas verbais do português e seu emprego precisa ser realizado para que se chegue a um panorama mais amplo das suas atuações nos dois planos de enunciação. Nossa proposta para este artigo foi o de realizar uma pequena parte disso. Apresentamos uma análise de dois textos, para observar, numa primeira aproximação, como se comportam os verbos no português, na distinção dos dois diferentes modos enunciativos. Nos dois textos analisados, os verbos no pretérito compuseram o *plano histórico*, ou *mundo narrado*, ao passo que o presente marcou o *plano discursivo*, ou *mundo comentado* - tendência observada também nas línguas estudadas pelos autores de referência, quais sejam, o francês e o alemão.

Além da importância da adequação ao tom que se quer dar aos enunciados, esse recurso pode desempenhar um forte papel argumentativo, na medida em que o falante pode regular, através das formas temporais dos verbos, a sua inserção sobre o que é dito, ora narrando eventos, apresentados como tendo sido produzidos à revelia do seu próprio ponto de vista sobre a questão, ora se engajando e envolvendo o interlocutor.

Finalmente, concluímos, observando que a organização temporal-

pessoal dos eventos enunciados é crucial para a organização textual e para a intercompreensão entre os falantes, pois é nesse *processus* também que os falantes podem inferir de que maneira os textos devem ser interpretados.

Sugerimos, então, que o tempo verbal possa integrar os estudos linguísticos como uma categoria de análise textual, em que se observe a distribuição das formas em *ostinato* e as alternâncias, que marcam a permanência ou a mudança de modo enunciativo, respectivamente.

### Referências bibliográficas

BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale, I**. Paris: Éditions Gallimard, 1966.

\_\_\_\_\_. **Problèmes de linguistique générale, II**. Paris: Éditions Gallimard, 1974.

CIULLA, Alena. A distinção de pessoa e alguns aspectos da contribuição de Benveniste para o estudo da enunciação. In: CAVALCANTE, Sávio André *et al.* (Orgs.). **Linguística: os conceitos que todos precisam conhecer** São Paulo: Pimenta Cultural, 2020a. (no prelo).

CIULLA, Alena. A referência e a dêixis em Benveniste. In: FERNANDES, Giovane Oliveira; ARESI, Fábio. (Orgs.). **O universo benvenisteano: enunciação, sociedade e semiologia**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020b. (no prelo).

KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2013.

GAZETA DO POVO. Editorial: **A liberdade de expressão no inquérito dos atos antidemocráticos**. Publicado em 23/06/2020. Disponível em: Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/a-liberdade-de-expressao-no-inquerito-dos-atos-antidemocraticos/>. Acesso em: 30 jun. 2020.

HOFF, Sara Luiza. **A nota “La traduction, la langue et l’intelligence”: o fenômeno tradutório na e a partir da reflexão sobre a linguagem de Benveniste**. 204f. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

**La traduction du monde nouveau. Sincère?** Pormonepeelabible, Centerblog.

---

net, 8/5/2008. Seção: Qu'enseigne réellement la Bible, Études approfondis. Disponível em : <http://monepeelabile.centerblog.net/4860500-La-%E2%80%9CTraduction-du-monde-nouveau%E2%80%9D-Sincere->. Acesso em : 19 jun. 2020.

ROBERT, Paul; REY, Alain; REY-DEBOVE, Josette. **Le Petit Robert**. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1988.

VERÍSSIMO, Érico. **O tempo e o vento. O arquipélago 2**. Porto Alegre: Globo, 2001.

WEINRICH, Harald. **Tempus. Besprochene und erzählte Welt**. Stuttgart: W. Kohlhammer GmbH, 1964.

WEINRICH, Harald. **Le temps: le récit et le commentaire**. Paris : Éditions du Seuil, 1973.